

## **Ponto do servidor**

Jornal de Brasília/DF

17 de fevereiro de 2012

ISAAC MARRA

Em função do feriado de Carnaval esta coluna voltará a ser publicada apenas na próxima quinta-feira, dia 23.

### **EM BUSCA DE ACORDO**

Reunião marcada para hoje, às 16h, pode mudar o ritmo das negociações entre o GDF e o Sindicato dos Professores, paradas desde o ano passado. A CUT-DF entrou no circuito na tentativa de quebrar o gelo entre o governo e a categoria e por fim ao impasse.

Os professores podem decretar greve a partir do próximo dia 8, quando termina a contagem regressiva iniciada a 91 dias dando prazo para que o governo atenda, ou pelo menos apresente nova proposta, às reivindicações dos educadores. A conversa será entre o presidente CUT-DF, José Eudes da Costa, e o secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda. Ainda em 2011, o GDF apresentou proposta de tabela salarial, que foi rejeitada pela categoria por não atender a expectativa dos professores de isonomia salarial com outras carreiras de nível superior do DF até 2014.

### **PLEITOS PRINCIPAIS**

A pauta de reivindicação dos professores contém 76 itens. Além da equalização salarial com a carreira médica, por meio da incorporação de gratificações, mais a inflação do período e o índice de reajuste do Fundo Constitucional do DF, a lista inclui entre os principais pontos auxílio-alimentação de R\$ 585, implementação imediata do plano de saúde integralmente pago pelo GDF e de programa habitacional que atenda as necessidades do segmento, garantia do gozo da licença-prêmio para toda a categoria, e o pagamento das pendências financeiras.

### **RECLAMAÇÃO SINDICAL**

O presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores-fiscais da Receita Federal, e do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Pedro Delarue, formalizou, junto à presidência da Câmara dos Deputados, reclamação contra a postura de seguranças da Casa. Em ofício, o sindicalista denuncia que integrantes das Carreiras Típicas de Estado foram impedidos de acompanhar discussões de matérias de interesse da categoria, como, por exemplo, o Projeto de Lei (PL ) 1.992/2007. A proposta cria a previdência complementar para trabalhadores do setor público.

### **LIBERAÇÃO DE ACESSO**

No documento, Delarue informa que os servidores foram impedidos até mesmo de ocupar as galerias da Câmara dos Deputados. "Na certeza que esta Casa como um dos esteios da Democracia Brasileira não vede a discussão de temas de interesse dos servidores públicos e da sociedade, contamos com o acesso, historicamente ordeiro, dos integrantes de nossas carreiras", solicita o dirigente sindical. O comportamento dos seguranças, no entanto, não deve impedir novas e ruidosas manifestações do funcionalismo contra a aprovação do PL, tida como certa por parlamentares da base governista. A proposta deve ser votada no próximo dia 28

### **DIREITO DE GREVE**

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, defendeu a regulamentação do direito de greve para os servidores públicos.

A falta de regulamentação continua levando a questão para os tribunais. Por determinação do STF, até que seja editada norma específica, deve-se utilizar por analogia a Lei 7.738/89, que trata do tema na iniciativa privada. Vários projetos tramitam no Congresso Nacional, mas nenhum deles atende aos interesses dos servidores.

### **RECURSOS PARA O FUNDO**

Certa de que o Projeto de Lei 1.992/2007, que cria novo regime de previdência para o funcionalismo público, será aprovado, a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional o PLN 1/2012. O dispositivo abre crédito no Orçamento de R\$ 100 milhões para viabilizar a criação dos três fundos de pensão. O fundo do Poder Executivo, Funpresp.Exe, receberá R\$ 50 milhões; o do Legislativo, Funpresp.Leg, R\$ 25 milhões e o do Judiciário, Funpresp.Jud, R\$ 25 milhões.

### **DESVIO**

O projeto aguarda emenda até o próximo dia 20 na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O deputado Edmar Arruda (PSC/PR) será o relator. O diretor de Imprensa e Comunicação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Sérgio Ronaldo, critica o ato.

"Isto é uma contradição de um governo que se elegeu com um discurso e, no meio do caminho, adotou um desvio prejudicial aos trabalhadores.

Estamos decepcionados com esse tipo de ação." DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).